



## MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

### CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE 1 VIATURA DE RECOLHA SELETIVA DE RSU COM CAIXA DE RECOLHA BIFLUXO

#### PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



Município de Santa Cruz da Graciosa

**Reserva da Biosfera**

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

[www.cm-graciosa.pt](http://www.cm-graciosa.pt)

Nif: 512069760





### 1. OBJETO E TIPO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de Concurso Público diz respeito e tem por objeto a aquisição de 1 (uma) viatura de recolha seletiva de RSU (resíduos sólidos urbanos) com caixa de recolha bifluxo, com capacidade de 7 m<sup>3</sup>(4+3) em conformidade com a norma europeia EURO VI D, com grupo de potência útil de 160 Cv, motor diesel e cilindrada entre os 2500 e 3500cc, nos termos e condições do Caderno de Encargos em anexo.

### 2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

**2.1.** A Entidade Adjudicante é o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA, com os seguintes contatos para efeito do presente procedimento:

Largo Vasco da Gama  
9880 - 352  
Telefone: 295 730 040  
Telefax: 295 732 300  
Correio Eletrónico: geral@cm-graciosa.pt

**2.2.** A decisão de contratar foi adotada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da aplicação, conjugadamente, do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com o estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de janeiro, atenta a despesa autorizada para o efeito do presente procedimento, em função do preço base fixado.

### 3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO E PLATAFORMA ELETRÓNICA

**3.1.** O presente procedimento é constituído pelas seguintes peças: (i) anúncio do concurso, (ii) presente Programa do Procedimento e seus anexos e (iii) caderno de encargos e seus anexos, as quais, incluindo a minuta do anúncio, foram aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.

**3.2.** A entidade adjudicante disponibiliza na respetiva plataforma eletrónica de contratação pública, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.

**3.3.** A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e referida no número anterior, encontra-se acessível no sítio eletrónico [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), devendo os interessados proceder ao seu registo na respetiva plataforma eletrónica.

**3.4.** O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças do procedimento.

**3.5.** Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.





*Suplente*

**3.6.** Todas as comunicações e atos praticados no âmbito do presente procedimento deverão ser efetuados através da plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante.

**3.7.** Constitui responsabilidade dos interessados a conferência dos documentos disponibilizados nos termos dos pontos anteriores, sendo que, nos termos do n.º 5 do artigo 40º do CCP, as peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica, em caso de divergência

## 4. JÚRI

**4.1.** O Júri do Procedimento é composto por três membros efetivos e dois suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar, e na mesma identificados, como consta do **Anexo I** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

**4.2.** O Júri do Procedimento pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços da Entidade Adjudicante.

**4.3.** Compete ao Júri, nomeadamente:

- (a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Interessados;
- (b) Proceder à apreciação das Propostas;
- (c) Elaborar os relatórios de análise das Propostas.

**4.4.** Compete ainda ao júri exercer as demais competências previstas no artigo 69º do CCP e ainda as competências que lhe são delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme consta do Anexo I, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.

**4.5.** Antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

## 5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

**5.1.** No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos por si detetados.

**5.2.** Para efeitos do presente concurso, consideram-se erros e omissões do Caderno de Encargos os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760





- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

**5.3.** A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

**5.4.** O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378º do CCP.

**5.5.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no presente programa do procedimento:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri do concurso no caso de delegação de poderes nos termos do artigo 69º/n.º 2, 1ª parte, do CCP, prestará os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

**5.6.** O órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

**5.7.** Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5.5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.

**5.8.** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido, ou todos os interessados registados na plataforma, imediatamente notificados desse facto.

**5.9.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**5.10.** A comunicação das retificações ou dos esclarecimentos para além do prazo estabelecido para o efeito no n.º 5.5, desde que o respetivo pedido tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 5.1., justifica a prorrogação do prazo para apresentação das Propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 64º do CCP.





**5.11.** Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das Propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64º do CCP.

**5.12.** A prorrogação do prazo de apresentação de Propostas aproveita todos os interessados.

## 6. PREÇO BASE, CONSULTA PRELIMINAR E INDICAÇÃO DO PREÇO

**6.1.** O preço base do presente procedimento é de € **90.000,00 (noventa mil euros)**, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, cfr. disposto na cláusula 4ª do Caderno de Encargos.

**6.2.** Para definição do Preço Base, considerando o dever de fundamentação previsto no n.º 3 do artigo 47º do CCP, a Entidade Adjudicante recorreu a uma consulta preliminar ao mercado, por respeito ao disposto no artigo 35º-A do CCP, sendo que as informações pertinentes encontram-se indicadas no **Anexo V** do presente Programa do Procedimento

**6.3.** Os preços constantes da proposta são expressos em Euro, indicados em algarismos e não incluem IVA.

**6.4.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

**6.5.** Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais unitários ou não, mais decompostos.

## 7. IMPEDIMENTOS

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontram em alguma das situações referidas no artigo 55º do CCP, sem prejuízo do previsto no artigo 55.º-A do mesmo diploma.

## 8. AGRUPAMENTOS

**8.1.** É permitida a apresentação de Proposta por um Agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da Proposta.

**8.2.** Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Proposta, todos os membros do Agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento





Concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

**8.3.** Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser Concorrentes, neste procedimento, de forma isolada, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.

**8.4.** Todos e cada um dos membros de um Agrupamento Concorrente deverão cumulativamente assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da proposta, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.

**8.5.** As entidades que compõem o Agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem.

## 9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

**9.1.** A Proposta é constituída pelos seguintes documentos:

**9.1.1.** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada de acordo com o Anexo I ao CCP, conforme **Anexo IV** do presente Programa do Procedimento, assinado pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o concorrente ou, no caso de agrupamento, pelo representante comum dos membros que o integram, se tiver havido designação (caso em que devem também ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros), ou, não existindo este, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

**9.1.2.** Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os referidos no ponto 8.5;

**9.1.3.** Documentos relativos aos aspetos submetidos à concorrência:

- a) Declaração de **Proposta** com indicação do **Preço, Prazo de Garantia e Estimativa de Custo de Manutenção Preventiva** para o ciclo de vida de **5 anos**, considerando 500h/ano de funcionamento (sobressalentes, consumíveis e mão-de-obra), elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
- b) **Memória descritiva** com a discriminação dos elementos necessários à avaliação da qualidade técnica da proposta, à qual devem ser juntos os catálogos e fichas técnicas oficiais dos equipamentos, onde sejam indicadas as respetivas características de forma a ser atestado o cumprimento das características, especificações e requisitos técnicos mínimos definidos no Caderno de Encargos;





c) Documento com **Plano de Manutenção Preventiva, incluindo listagem de sobressalentes, consumíveis e mão de obra com valores unitários**, para o ciclo de vida de 5 anos, considerando 500h/ano de funcionamento;

d) Cópia do **certificado de conformidade CE**.

**9.1.4.** Declaração indicando o(s) representante(s) do concorrente ou, em caso de Agrupamento, o Representante Comum, incluindo endereço, telefone, fax e e-mail para efeitos de comunicações e notificações no âmbito do presente procedimento.

**9.1.5.** Declaração através da qual os terceiros subcontratados, se aplicável, se comprometem, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem.

**9.1.6.** Quaisquer outros documentos que o concorrente entenda apresentar, por os considerar indispensáveis, no que respeita aos atributos da proposta.

**9.2.** As declarações referidas nos números anteriores deverão ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**9.3.** No caso de o concorrente ser um Agrupamento, devem ainda ser observadas as seguintes regras:

- a) Sob pena de exclusão da proposta, todas as declarações que constituem a proposta, bem como a referida na alínea seguinte, deverão ser assinadas por representante (s) de cada um dos membros do agrupamento ou pelo Representante Comum, nomeado nos termos do n.º 9.5;
- b) Deverá acompanhar a proposta uma declaração em que se especifique a composição do Agrupamento, com indicação da percentagem de participação de cada entidade e na qual, ainda, cada um dos membros assuma a responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, se obrigam a, antes da celebração do contrato, assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

**9.4.** Todos os documentos da Proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o concorrente, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, prevalecendo a tradução sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

## 10. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

**10.1.** Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

**10.2.** A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Proposta será notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas.





*Handwritten signature*

**10.3.** Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos pontos anteriores.

**10.4.** Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Propostas, o júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.

**10.5.** Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das propostas, o júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

**10.6.** A entidade adjudicante não deve divulgar as informações constantes dos documentos classificados das propostas.

**10.7.** A entidade adjudicante pode impor aos concorrentes requisitos destinados a proteger as informações de natureza confidencial por ela disponibilizadas ao longo do procedimento de formação do contrato público.

## 11. PROPOSTAS VARIANTES

No presente Procedimento não é admitida a apresentação de Propostas Variantes.

## 12. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

**12.1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues até às 23h59 (fuso horário de Portugal Continental) do 11º (décimo primeiro) dia a contar da data de envio do Anúncio para publicação do Diário da República.

**12.2.** As propostas e os documentos que as acompanham devem, nos termos do n.º 1 do artigo 62º do CCP, ser apresentados através da plataforma eletrónica acessível no sítio [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt).

## 13. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

**13.1.** O prazo fixado para a apresentação das propostas poderá ser prorrogado nos casos referidos nos n.ºs 5.7., 5.10. e 5.11.

**13.2.** Nos termos do artigo 64.º do CCP, ainda por pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas poderá ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

**13.3.** As decisões de prorrogação, nos termos do disposto nos números anteriores, cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a





todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncio.

### 14. PRAZO DE OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de 70 (setenta) dias contados da data de termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das propostas.

### 15. RETIRADA DAS PROPOSTAS

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação à Entidade Adjudicante, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

### 16. ABERTURA DE PROPOSTAS

**16.1.** Pelas 10:30 horas do dia útil imediatamente subsequente à data limite fixada para a apresentação das propostas, procede-se à abertura das propostas recebidas.

**16.2.** Por motivo justificado, pode a abertura de propostas realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no ponto anterior, em data a determinar pelo júri.

**16.3.** A eventual alteração da data de abertura de propostas será comunicada a todos os interessados.

### 17. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

**17.1.** As Propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e eventuais subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

**17.2.** São excluídas as Propostas cuja análise revele, designadamente, e entre outras previstas no CCP:

- Que não apresentam informação relativa aos atributos referentes a aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e representados pelos fatores e eventuais subfactores que densificam o critério de avaliação, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 57.º do CCP;
- Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência, sem prejuízo no disposto nos n.ºs 10 a 12 do artigo 49º do CCP;
- A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- Que o preço contratual seria superior ao preço base fixado no Caderno de Encargos, eventualmente acrescido/ deduzido dos erros e omissões aceites pelo Dono de Obra;





*refeito*

- e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

## 18. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM

**18.1.** O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

**18.2.** Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70º do CCP.

**18.3.** O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

**18.4.** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

**18.5.** Os pedidos do júri formulados nos termos dos números anteriores, bem como as respetivas respostas serão disponibilizados nos mesmos termos do previsto no ponto 5.8., devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

## 19. LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

## 20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

**20.1.** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na *modalidade melhor relação qualidade-preço*, com base nos seguintes fatores e subfactores de apreciação e respetivas ponderações:

**K1 – Preço ..... 50%**

**K2 – Período de garantia ..... 25%**

**K3 – Qualidade técnica da proposta ..... 25%**





A proposta economicamente mais vantajosa, resultará da aplicação da ponderação dos fatores supra enunciados, de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$K = (0,5 \times K1) + (0,25 \times K2) + (0,25 \times K3)$$

Da aplicação da fórmula anteriormente referida, resulta uma pontuação global entre 0 (zero) e 20 (vinte) pontos, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima do valor máximo de 20 (vinte).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, a duas casas decimais (se o terceiro algarismo depois da vírgula for inferior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula mantém-se inalterado; se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula é alterado para a unidade mais próxima).

### K1) AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO”

#### K1 – Densificação do fator “Preço” (50%) e respetiva pontuação parcial:

Da avaliação do fator “preço” resultará uma pontuação compreendida entre um valor mínimo de 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte), de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = \frac{(Pb - Pp)}{Pb} \times 20$$

Em que:

Pb = Preço base

Pp = Preço da proposta objeto de avaliação

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, a duas casas decimais.

### K2) AVALIAÇÃO DO FATOR “Período de garantia”

#### K2 – Densificação do fator “Período de garantia” (25%) e respetiva pontuação parcial:

Período de garantia de 2 anos..... pontuação 0

Período de garantia, incluindo extensão a 3 anos ..... pontuação 10

Período de garantia, incluindo extensão a 4 ou mais anos ..... pontuação 20

### K3) AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

#### K3 – Densificação do fator “Qualidade técnica da proposta” (25%) e respetiva pontuação parcial:

Este fator subdivide-se nos subfactores da tabela seguinte, com as ponderações apresentadas:



| Subfactor | Ponderação | Atributos                                                                                                                                                                             | Pontuação |
|-----------|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| K3.1      | 25%        | Estrado da superestrutura em alumínio                                                                                                                                                 | 20        |
|           |            | Estrado da superestrutura em aço                                                                                                                                                      | 0         |
| K3.2      | 30%        | Nível médio de ruído no ouvido do operador menor ou igual a 80dB (A)                                                                                                                  | 20        |
|           |            | Nível médio de ruído no ouvido do operador maior a 80dB (A)                                                                                                                           | 0         |
| K3.3      | 15%        | Dispositivos de iluminação e sinalização luminosa totalmente em leds                                                                                                                  | 20        |
|           |            | Dispositivos de iluminação e sinalização luminosa parcial ou sem leds                                                                                                                 | 0         |
| K3.4      | 30%        | <b>Custo de Manutenção Preventiva</b> para o ciclo de vida de 5 anos, considerando 500h/ano de funcionamento (sobressalentes, consumíveis e mão –de-obra) menor que 10% do valor base | 20        |
|           |            | <b>Custo de Manutenção Preventiva</b> para o ciclo de vida de 5 anos, considerando 500h/ano de funcionamento (sobressalentes, consumíveis e mão –de-obra) maior que 10% do valor base | 0         |

A Pontuação deste fator (K3) resulta da seguinte fórmula:

$$K3 = (0,25 \times K3.1) + (0,30 \times K3.2) + (0,15 \times K3.3) + (0,30 \times K3.4)$$

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

**20.2.** No caso de se verificar um empate na pontuação global das propostas, serão considerados como critérios de desempate a melhor pontuação obtida em cada um dos fatores e subfactores a seguir indicados, por ordem decrescente de importância:

A) FATORES:

- 1) K1 Preço;
- 2) K3 – Qualidade técnica da proposta;
- 3) K2 – Período de garantia;

B) SUBFACTORES DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”:

- 4) K3.4;
- 5) K3.3;
- 6) K3.1;
- 7) K3.2;



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760



Caso ainda se mantenha o empate, o desempate será feito mediante *sorteio* a realizar na presença dos representantes legais dos concorrentes que apresentaram as propostas empatadas e em ato público [cujo dia, hora e local serão comunicados pelo júri do procedimento com uma antecedência de 5 (cinco) dias úteis], e que seguirá o seguinte formalismo:

- O sorteio será feito pelo júri do concurso, mediante o sistema de aposição em boletim de papel, posteriormente dobrado em 4, contendo os nomes/identificação social dos concorrentes empatados, e seu depósito em urna ou em saco de pano ou papel, sempre opacos-escuros de modo a preservar-se a idoneidade do sorteio; e serão os próprios representantes dos concorrentes quem, à vez, retirarão da urna ou do saco, cada um, 1 boletim - a começar pelo concorrente cujo nome ou designação social iniciar com a letra do alfabeto latino-português mais aproximada da primeira ou por esta própria - letra A). O primeiro boletim identificará o concorrente vencedor, sendo de seguida retirados os restantes boletins, confirmando-se assim que todos os concorrentes empatados estavam considerados no sorteio.

Do ato público do sorteio, será elaborada a respetiva ata.

## 21. RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

**21.1.** Após a análise das Propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar de Análise das Propostas, no qual propõe a ordenação das mesmas.

**21.2.** O júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP, bem como no n.º 17.2 supra.

**21.3.** Do Relatório Preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do ponto 18.

## 22. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o Relatório Preliminar referido no ponto anterior, é enviado a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

## 23. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

**23.1.** Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri elabora um Relatório Final de Análise das Propostas, fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de Propostas iniciais se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.





**23.2.** No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das Propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto anterior.

**23.3.** O Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

**23.4.** Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

### 24. DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no ponto 25., o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicação e notificá-la-á aos concorrentes até ao termo do prazo fixado para manutenção das Propostas, podendo, por motivo devidamente justificado, ser esta decisão tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido.

### 25. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO OU DE ESPECIAL CONDICIONAMENTO DA ADJUDICAÇÃO

**25.1.** Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado Proposta;
- b) Todas as Propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
- e) No caso de a aquisição ser objeto de candidatura a Programas financeiros de apoio, nacionais ou comunitários, nomeadamente no âmbito do Portugal-2020, e de as entidades Gestoras dos Programas respetivos exigirem a adjudicação para o efeito da aprovação final da candidatura a submeter ao cofinanciamento respetivo, o órgão com competência legal para a decisão de contratar pode condicionar os efeitos da adjudicação à aprovação da referida candidatura, sem o que, havendo adjudicação e em caso de não aprovação, a adjudicação caducará.

**25.2.** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes, e implica a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80º do CCP.

**25.3.** No caso da alínea c) do nº 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

**25.4.** Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c), d) e e) do nº 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas





propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas

## 26. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

**26.1.** A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

**26.2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- Apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 27.;
- Prestar caução, *se aplicável*, nos termos do disposto nos pontos 31. e 32., indicando expressamente o seu valor, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente ao termo do prazo de 10 (dez) dias fixado para a sua apresentação;
- Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da Proposta adjudicada.

**26.3.** As notificações referidas nos pontos anteriores serão acompanhadas do Relatório Final de análise das propostas.

## 27. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO DA SUA APRESENTAÇÃO

**27.1.** A habilitação, bem como o modo de apresentação desses documentos, obedece às regras e termos definidos na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, sendo que o adjudicatário deve apresentar, **até ao 10º (décimo) dia após a notificação para o efeito**, os seguintes documentos de habilitação:

- Declaração elaborada em conformidade com o Anexo II do CCP, (**Anexo III** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante);
- Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;

**27.2.** Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no número anterior, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

**27.3.** No caso de, na ordem jurídica do país de origem do concorrente, não existir documento idêntico a qualquer um dos requeridos, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.





*Ref. 2017*

**27.4.** As declarações referidas nos números anteriores deverão ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**27.5.** No caso de se verificar alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que impliquem a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante concederá um prazo de 10 (dez) dias úteis ao adjudicatário para a respetiva supressão.

**27.6.** Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se porém que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir, desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalecerá para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.

## **28. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**28.1.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e identificada no presente programa do procedimento.

**28.2.** Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

**28.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do número anterior, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

## **29. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS**

**29.1.** Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81º do CCP e na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.

**29.2.** É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do artigo 2º e no n.º 4 do artigo 3º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

## **30. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**30.1.** Todos os concorrentes são notificados, em simultâneo, da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.





**30.2.** Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e identificada no presente programa do procedimento.

### 31. CAUÇÃO

Tendo em conta o disposto na alínea a) do nº 2 do art. 88º do CCP, não é exigida a necessidade de prestação de caução

### 32. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

**32.1.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação, nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou em tradução devidamente legalizada;
- b) Não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta;
- c) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações.

**32.2.** Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

**32.3.** Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas no número anterior respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

**32.4.** O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

### 33. MINUTA DO CONTRATO

**33.1.** A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto no artigo 96º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto no ponto 35.4.

**33.2.** A minuta do contrato, reduzida a escrito, em suporte papel ou em suporte informático, é aprovada pelo órgão da entidade adjudicante competente para a decisão de contratar simultaneamente com a decisão de adjudicação.

**33.3.** Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no nº 4 do artigo 96º do CCP, ou seja que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.





**33.4.** A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que, caso se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, nos termos e condições previstos no artigo 99º do CCP.

**33.5.** A respetiva minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

**33.6.** São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou que recusem os ajustamentos eventualmente propostos pela entidade adjudicante.

**33.7.** Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

**33.8.** Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

## 34. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

**34.1.** O contrato será celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- (a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, *se aplicável*;
- (b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- (c) Comprovada a prestação da caução, *se aplicável*;
- (d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

**34.2.** O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva assinatura, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

## 35. NÃO OUTORGA DO CONTRATO

**35.1** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54º do CCP.





**35.2.** Nos casos previstos no ponto anterior, procede-se à comunicação da não outorga do contrato pelo adjudicatário à IRAE e à adjudicação do contrato à Proposta ordenada em lugar subsequente.

### 36. ENCARGOS DOS CONCORRENTES

Constituem encargo dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das Propostas e à celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução, se aplicável.

### 37. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO

**37.1.** A entidade adjudicante conservará, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da data da celebração do contrato, todos os documentos relativos ao procedimento de formação que permitam justificar todas as decisões tomadas e fornecer à Comissão Europeia as informações que esta solicitar sobre o mesmo, nomeadamente:

- a) A decisão de escolha do procedimento e respetivos fundamentos;
- b) A identificação dos concorrentes;
- c) O teor das propostas apresentadas;
- d) A decisão de adjudicação e respetivos fundamentos;
- e) Os fundamentos da eventual exclusão de propostas;
- f) As eventuais causas de não adjudicação;
- g) O objeto do contrato e o respetivo preço contratual.

**37.2.** O disposto no número anterior é igualmente aplicável a todas as notificações e comunicações.

### 38. GESTOR DO CONTRATO

Nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 96º, n.º 1, al. i) e 290º-A do Código dos Contratos Públicos – CCP – aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um gestor do contrato, cuja identificação constará do contrato a celebrar.

### 39. NORMAS APLICÁVEIS

Ao presente procedimento e, bem assim, em todo o omissivo no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e ainda, quanto a especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores, no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, com a redação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto, consoante a situação em concreto - considerando-se ainda o acórdão n.º 233/2018, de 2 de maio, do tribunal constitucional; e o acórdão n.º 19/2017, de 11 de julho, do tribunal de contas, que julgaram *organicamente inconstitucional*, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, do diploma regional da contratação pública, DLR n.º 27/2015/A, de 29/12, e *repristinando* a vigência do DLR n.º 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR n.º





*[Handwritten signature]*

15/2009/A, de 6/8



Município de Santa Cruz da Graciosa

**Reserva da Biosfera**

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

[www.cm-graciosa.pt](http://www.cm-graciosa.pt)

Nif: 512069760





*Verificação*

## ANEXO I

[A que se refere o ponto 4.1. do Programa do Procedimento]

### CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, datado de 19 de outubro de 2020, ao abrigo de competências próprias, foi designado o Júri do presente Procedimento, o qual é composto pelos seguintes elementos:

- Presidente: - Sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro, Vice-presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa (abreviadamente CMSCG);
- 1.º Vogal Efetivo: - Eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Constantino Faustino, Chefe de Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa (abreviadamente CMSCG), em regime de substituição, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal Efetivo: Dr. Tiago Alves Bettencourt Santos, técnico superior da CMSCG;
- 1.º Vogal Suplente: Arq.<sup>o</sup> Ricardo Avelar Mendonça, técnico superior da CMSCG;
- 2.º Vogal Suplente: Sr. José Jorge Conde Pereira Cunha, coordenador técnico da CMSCG.

Ao Júri foram delegadas todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar no âmbito do Procedimento, nos termos no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, à exceção das previstas no n.º 2 do mesmo artigo, bem como aquelas que pela sua natureza não são suscetíveis de delegação.



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760





### Anexo II

[A que se refere a alínea a) do ponto 9.1.3 do Programa do Procedimento]

### MODELO DA PROPOSTA

..... (nome/denominação social do concorrente; NIF/NIPC; morada/sede) concorrente ao Concurso Público para adjudicação da **AQUISIÇÃO DE ...**), representada neste ato por ..... (se aplicável<sup>1</sup>/nome/NIF/morada), com poderes bastantes, obriga-se a fornecer o referido bem, de acordo com as seguintes condições:

- a) **Preço:** € ..... (algarismos e extenso), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) **Prazo de Garantia:** ..... (algarismos e extenso) anos;
- c) **Custo de Manutenção Preventiva** para o ciclo de vida de 5 anos, considerando 500h/ano de funcionamento (sobressalentes, consumíveis e mão-de-obra): € ..... (algarismos e extenso) anos.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local.....

Data....

Assinatura....

<sup>1</sup> Aplicável no caso de se tratar de uma pessoa coletiva.





## ANEXO III

[A que se refere a alínea a) do ponto 27.1. do Programa do Procedimento e a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP]

### MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760





### ANEXO IV

#### [A que se refere o ponto 9.1.1. do Programa do Procedimento]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



Município de Santa Cruz da Graciosa

Reserva da Biosfera

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |

Telef: 295730040 | Fax: 295732300

www.cm-graciosa.pt

Nif: 512069760





... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**(Redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com início de vigência em 1 de janeiro de 2018)**

## ANEXO V

### CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO – Artigo 35º-A do CCP – Comunicações

Foi efectuada consultar preliminar ao mercado, tendo sido enviado o anexo I do caderno de encargos para obtenção de elementos de referência em vista da fixação do preço base do procedimento.





## DESPACHO

### “AQUISIÇÃO DE 1 VIATURA DE RECOLHA SELETIVA DE RSU COM CAIXA DE RECOLHA BIFLUXO”

Tendo presente a necessidade de o Município proceder à aquisição de uma viatura de recolha de resíduos;

Considerando que, nos termos das alíneas a), m) e k) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, o Município de Santa Cruz da Graciosa dispõe de atribuições no domínio dos transportes e promoção do desenvolvimento e do ambiente, sendo a entidade responsável pela gestão dos resíduos urbanos do Concelho, desde a sua recolha, transporte e deposição em destino final adequado, neste caso no Centro de Processamento de Resíduos da Ilha Graciosa (CPR-Graciosa);

Considerando que, a viatura que efectuava a recolha selectiva do papel/cartão e vidro se encontra em avançado estado de degradação, não sendo viável a sua recuperação verificou-se a necessidade de adquirir uma viatura para efectuar a recolha selectiva das diversas fracções recolhidas selectivamente pela Autarquia.

Considerando que, de acordo com o artigo 36.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o procedimento de formação de qualquer contrato se inicia com a decisão de contratar;

Considerando que o procedimento de contratação comporta, em simultâneo ou separadamente, três aspetos:

- A decisão de contratar – ato que dá início ao procedimento de adjudicação (de formação do contrato): cabe ao órgão competente para autorizar a despesa;
- A decisão de autorização de despesa – ato que verifica a legitimidade e cabimento da despesa e autoriza a abertura do procedimento tendente à sua realização: cabe ao órgão competente para a decisão de contratar;

Página 1 de 6





- A decisão de escolha do procedimento – seleção do procedimento adjudicatório adotado: cabe ao órgão competente para a decisão de contratar.

Considerando que os artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (competência para autorizar despesas) mantêm-se ainda em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP).

Considerando que, nos termos do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, são competentes para autorizar despesas com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas as seguintes entidades:

- a) Até 30000 contos (€ 149.639,00), os presidentes de câmara e os conselhos de administração dos serviços municipalizados;
- b) Sem limite, as câmaras municipais, as juntas de freguesia, o conselho de administração das associações de autarquias locais e o órgão executivo de entidades equiparadas a autarquias locais.

Considerando que, em vista da fundamentação do preço base a adotar e do procedimento de contratação pública a lançar, esta autarquia realizou consulta preliminar informal ao mercado (ao abrigo do art. 35º-A/1 do CCP), assim se obtendo os orçamentos das empresas de especialidade “VecoAçores, Lda., e VecoRent Lda., conforme docs. em anexo, dando-se por reproduzidos, tudo para o efeito do estabelecido nos artigos 17º/7 e 47º/3 do CCP, e assim se fixando o **preço base em € 90.000,00** (noventa mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o preço máximo que a autarquia se dispõe a pagar pela aquisição da viatura em apreço (preço base) é, pois, de **€ 90.000,00** (noventa mil euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, a competência para a autorização da despesa, também beneficia de autorização plurianual para a repartição de encargos, conferida pela assembleia municipal na sua reunião de 27 de outubro de 2020, e por consequência, também, para a decisão de contratar e para a decisão de escolha do procedimento é do Presidente da Câmara Municipal, ora signatário, ao abrigo da aplicação, conjugadamente, do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com o estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de





12 de janeiro, atenta a despesa a autorizar para o efeito do presente procedimento, em função do preço base fixado no presente despacho.

Considerando que se elege a modalidade **multifator**, melhor relação qualidade-preço como integrante do critério de adjudicação (proposta economicamente mais vantajosa – art. 74.º do CCP e artigo 20.º do PP) deixado à concorrência;

### Justificação para não divisão em Lotes:

O Artigo 46.º-A (Adjudicação por lotes) do CCP, aditado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, estipula que as “entidades adjudicantes podem prever, nas peças do procedimento, a adjudicação por lotes, e que na formação de contratos públicos de aquisição ou locação de bens, ou aquisição de serviços, de valor superior a (euro) 135 000, a decisão de não contratação por lotes deve ser fundamentada, constituindo fundamento, designadamente, as seguintes situações:

- a) Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnica ou funcionalmente incindíveis ou, não o sendo, a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante;
- b) Quando, por motivos de urgência ou por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.

Tendo em conta o disposto nas normas legais atrás referidas, resulta manifesto que a situação respeita o referido normativo legal, porquanto o preço base é inferior ao limiar legal acima referido e, além do mais, está em causa a aquisição de apenas um só equipamento, indecomponível, do que resulta também que não se justifica a adjudicação por lotes em função das prestações a abranger pelo objeto contratual serem, manifestamente, técnica ou funcionalmente incindíveis.

Considerando que em matéria de dotação orçamental, para o ano económico em apreço, existe dotação por conta do Orçamento de 2020, sempre que se trate de contratações cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo máximo de execução de três anos, tudo conforme se pode comprovar pela referida informação de cabimento em anexo - neste particular, leva-se ainda em consideração o disposto na Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), que, no seu art.º 14.º estipula, também, que os

Página 3 de 6





procedimentos necessários à aplicação da presente Lei e a operacionalização da prestação de informação constante do art.º 10.º são regulados pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Acrescendo, ainda, que, atenta a natureza do bem em aquisição e a modalidade adotada para a sua contratualização, não deparamos com uma aquisição de serviços, mas sim de uma aquisição de um bem móvel.

Em conformidade, tendo presente o quadro legal acima transcrito, e ainda os arts. 35º/1, a) e f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, 18º/1, a) do DL nº 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art. 14º/1, f) do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, diploma que aprovou inicialmente o CCP, resultando deste modo adequadamente fundamentada a (i) decisão de contratar e a (ii) decisão de escolha do procedimento (arts. 17º/7, 36º/1 e 38º do CCP, com a sua atual redação), e, bem assim, os fundamentos para a fixação do preço base (art. 47º/3 do CCP), deve, nesta sequência, ser dado início ao procedimento de “**concurso público**” para a contratação em apreço, e considerando-se igualmente o Programa do Procedimento e o caderno de encargos que se juntam, e que ora também se aprovam, nos termos do artigo 40º/1, c) e 2 do Código dos Contratos Públicos, com a atual redação, dando-se por reproduzidos.

**O prazo de 11 (onze) dias, fixado no ponto 12 do PP** para a apresentação de propostas respeita o estabelecido nos arts. 63º, 135º e 470º do CCP.

**O prazo de execução do contrato será, máximo, de 90 dias** (consecutivos).

**Finalmente**, elege-se a *modalidade multifator*, **melhor relação qualidade-preço** como integrante do critério de adjudicação (proposta economicamente mais vantajosa – art.º 74.º do CCP e artigo 20 do PP) deixado à concorrência.

Existe verba devidamente cabimentada para o efeito, conforme informação dos serviços de contabilidade, em anexo, dando-se por reproduzida;

A despesa a realizar encontra-se enquadrada na classificação orgânica 04, classificação funcional 245, classificação económica 07011001 GOP2 245 2020/36 Aquisição de Viaturas, e n.º sequencial de cabimento 23281, tal como resulta do documento de cabimento junto em anexo.





Utilizado o procedimento de **Concurso Público**, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos;

Deve, nesta sequência, ser dado início ao procedimento de “**CONCURSO PÚBLICO**”.

Para **júri do procedimento, designo**, nos termos do artigo 67º do CCP, **os seguintes elementos**, o primeiro dos quais servirá de presidente e será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal efetivo referido em 2.º Lugar, devendo antes do início de funções, os membros do júri subscrever declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP e que dele faz parte integrante.

### Membros efetivos:

**Presidente** – Sr.ª Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro, Vice-presidente da Câmara Municipal;

Eng.ª Maria de Lurdes Constantino Faustino, Chefe de Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa (abreviadamente CMSCG), em regime de substituição, Dr. Tiago Alves Bettencourt Santos, técnico superior da CMSCG.

### Membros suplentes:

Arq.º Ricardo Avelar Mendonça, técnico superior da CMSCG, Sr. José Jorge Conde Pereira Cunha, coordenador técnico da CMSCG.

Ao abrigo do n.º 2, do artigo 69.º do CCP, na sua redação atual, **são delegadas** as seguintes **competências no Júri**:

- assinar e manter a correspondência relacionada com o normal decorrer do processo de concurso, nomeadamente a correspondência entre a entidade adjudicante e os concorrentes, as respostas aos pedidos de esclarecimento solicitados pelos concorrentes e a correspondência com o projetista necessária nesta fase do concurso.

Para efeitos do disposto nos arts. 96º/1, i) e 290º-A do CCP, na sua atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um **gestor do contrato**, que, desde já, fica designado





como sendo a **Eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Constantino Faustino**, Chefe de Divisão, em regime de substituição, de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento da CMSCG, que, no momento da celebração do contrato deverá igualmente subscrever uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, nos mesmos termos que os elementos do júri.

Os casos omissos serão dirimidos à luz do estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, 6 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,



Manuel Avelar Cunha Santos

